

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 176.997 - SP (2012/0096707-3)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF
AGRAVANTE : JOÃO BAPTISTA DE SOUZA NEGREIROS ATHAYDE
ADVOGADO : ARNALDO PORRELLI E OUTRO(S) - SP041558
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : LUIZ ANTÔNIO LOPES - ESPÓLIO E OUTROS
ADVOGADO : SÉRGIO HENRIQUE ASSAF GUERRA - SP109193
INTERES. : LILIAN CHARTUNI JUREIDINI E OUTROS
ADVOGADO : JOSÉ DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP022900
INTERES. : ARMELINDO ORLATO
ADVOGADO : ARMELINDO ORLATO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP040742
INTERES. : OSMAR MASSARI FILHO
ADVOGADO : OSMAR MASSARI FILHO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP080170
INTERES. : JOSÉ ANTÔNIO BIANCOFIORE
ADVOGADO : JOSÉ ANTÔNIO BIANCOFIORE (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP068336
INTERES. : VINÍCIUS DA SILVA RAMOS
ADVOGADO : VINICIUS DA SILVA RAMOS (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP121613
INTERES. : LUÍS RICARDO SALLES
ADVOGADO : LUIS RICARDO SALLES (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP119665

DECISÃO

Trata-se de agravos interpostos pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e por JOÃO BAPTISTA DE SOUZA NEGREIROS ATHAYDE contra decisões do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que não admitiram recursos especiais e que desafiam acórdão assim ementado (e-STJ fls. 7046/7047):

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. INSS. CONTRATAÇÃO DE ADVOGADOS . AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO, COMPETÊNCIA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA DOS ADVOGADOS CONTRATADOS. INTERESSE PROCESSUAL. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. VÍCIO DO INQUÉRITO CIVIL. NULIDADE DESCARACTERIZADA. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. SENTENÇA EXTRA PETITA. NÃO - CARACTERIZAÇÃO. EFICÁCIA DA SENTENÇA E COISA JULGADA, PRINCÍPIO DA ISONOMIA. RECURSO ADESIVO INTERPOSTO APÓS A MESMA PARTE APELAR. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO NO MESMO SENTIDO DO RECURSO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. SERVIDORES PÚBLICOS EM SENTIDO AMPLO. RELAÇÕES DE TRABALHO COM A ADMINISTRAÇÃO. FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS. ACESSO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. TEORIA DO "FUNCIONÁRIO DE FATO". CONSEQUÊNCIAS.
(...)

Rejeitados os aclaratórios (e-STJ fls. 7266/7324).

No especial obstaculizado, o INSS alegou ofensa ao art. 535 do CPC/1973, aos arts. 1º e 2º da Lei 6.539/1978 e aos arts. 1º e 2º da Lei 8.745/1993, sustentando, além da negativa de prestação jurisdicional, que: a) a Lei 6.539/1978 foi recepcionada pela Constituição Federal; b) os contratos foram celebrados em decorrência de situação de excepcionalidade caracterizada pela desproporção entre o número de Procuradores Federais lotados no Estado de São Paulo e a demanda de serviço; c) a situação é comprovadamente transitória, sendo certo que, apesar de perdurar no tempo, não é definitiva; d) que a figura do advogado credenciado é imprescindível para a correta e eficiente defesa do INSS em juízo.

JOÃO BAPTISTA DE SOUZA NEGREIROS ATHAYDE alegou contrariedade dos arts. 330, 331, 332, 480, 481, 535 do CPC/1973, afirmando que houve negativa de prestação jurisdicional, que não foi observada a reserva de plenário para o reconhecimento da inconstitucionalidade de lei, bem como que houve cerceamento de defesa por não ter sido possibilitada a produção de provas.

Depois de contra-arrazoados, os apelos nobres receberam juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento dos agravos, a fim de que não sejam admitidos os recursos especiais.

Passo a decidir.

Nos termos do Enunciado Administrativo 2 desta Corte, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Feito esse registro, impende destacar que não deve ser conhecido o agravo que não ataque especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, tanto nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, quanto nos moldes do art. 932, III, do CPC/2015 e do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ. Confira-se o teor dos dispositivos citados:

Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias.

[...]

§ 4º No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o julgamento do agravo obedecerá ao disposto no respectivo regimento interno, podendo o relator:

I - não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada. (Grifos acrescidos)

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; (Grifos acrescidos)

Art. 253. O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014)

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá: (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014) 120 Superior Tribunal de Justiça

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida; (Redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016) (Grifos acrescidos)

Nesse sentido, *vide*: AgRg no AREsp 834.978/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/04/2016; AgInt no AREsp 1.036.445/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 04/04/2017, DJe 17/04/2017.

In casu, da análise dos autos, verifico que a inadmissão do especial interposto por JOÃO BAPTISTA DE SOUZA NEGREIROS ATHAYDE se deu com base nos seguintes fundamentos: a) ausência de negativa de prestação jurisdicional; b) inexistência de declaração de inconstitucionalidade de lei; c) incidência da Súmula 7 do STJ; d) impossibilidade de análise de matéria constitucional em sede de recurso especial (e-STJ fls. 8.141/8.147).

Entretanto, nas razões do agravo, a parte agravante deixou de impugnar especificamente o item "d" acima indicado, circunstância que atrai o disposto na Súmula 182 do STJ.

Quanto ao especial manejado pelo INSS, a inadmissão se deu com base nos seguintes fundamentos: a) aplicação da Súmula 284 do STF, quanto à negativa de prestação jurisdicional; b) incidência da Súmula 7 do STJ, no tocante à alegada falta de estrutura do órgão, caracterizada pelo reduzido quadro de pessoal especializado; c) óbice da Súmula 182 do STJ, por não atacar os fundamentos da decisão que declarou inválidos os contratos a partir de 1988; d) a situação dos autos não se subsume à Lei de 1933, que regulamentou a contratação de servidores, mediante processo seletivo, incidindo a Súmula 284 do STF; e) impossibilidade de análise de matéria constitucional em sede de recurso especial (e-STJ fls. 8.173/8.180).

Nas razões do agravo, o INSS deixou de impugnar especificamente o item "d" acima indicado, circunstância que também atrai o disposto na Súmula 182 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO dos agravos em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator